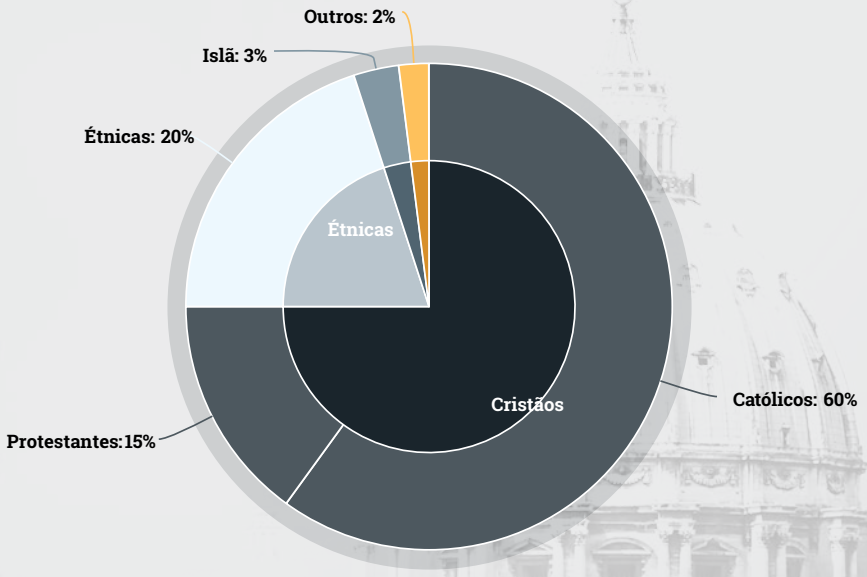
Burundi

Área
27.834 km²

População
8.865.300

Política
Democracia

Língua(s)
Francês
Kirundi



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Os artigos 31º e 32º da Constituição de 2005[1] garantem o direito à liberdade de expressão, de religião, de pensamento, de consciência e de opinião, bem como o direito à liberdade de reunião e associação, e o direito a fundar organizações de acordo com a lei.

O quadro jurídico relativo às questões de liberdade religiosa é regido pela mesma legislação do país que estabelece os requisitos necessários para o registro e funcionamento das associações sem fins lucrativos. Esta legislação especifica que todos os grupos religiosos devem registrar-se junto do Ministério da Administração Interna, apresentando os seus estatutos e uma lista com os nomes e currículos dos membros do seu conselho de direção. Assim que tiverem aprovação por parte do ministério, são livres para realizarem as suas atividades.

O Burundi adere ao princípio do carácter secular do Estado, respeitando assim todas as denominações religiosas e tratando-as de forma igual, evitando qualquer discriminação. Os seus cidadãos têm direito a converter-se à religião que escolherem, sem qualquer restrição. Todos os grupos religiosos têm o direito de se envolver em evangelização, catequese, ensino em escolas, hospitais e em diferentes meios de comunicação (rádio, televisão e imprensa escrita). O Estado garante igualmente a liberdade para construir locais de culto e angariar fundos, dentro e fora do país, sem qualquer interferência da sua parte.

[1] https://www.constituteproject.org/constitution/Burundi_2005.pdf

INCIDENTES

De 1993 a 2003, o Burundi passou por uma guerra mortífera de uma década, alimentada por tensões étnicas. Calcula-se que morreram 300 mil pessoas e que foram enviadas para o exílio mais de um milhão de pessoas.[2] Durante o conflito, vários religiosos (monges, religiosas e outros) foram atacados e perderam a vida. Após a assinatura do acordo de paz, não houve relatos de incidentes contra a liberdade religiosa ou de agressão contra religiosos. Mas, em 7 de setembro de 2014, o país ficou chocado quando soube do assassinato brutal de três irmãs idosas italianas, missionárias xaverianas de Maria: Lucia Pulici (75 anos), Olga Raschietti (82 anos) e Bernadetta Boggian. Em dois ataques separados, as irmãs foram violentadas, espancadas e esfaqueadas até à morte no bairro de Kamenge, na capital Bujumbura.[3] No mesmo dia, a polícia disse que Christian Butoyi Claude, de 33 anos, um suspeito sob custódia, confessou as mortes dizendo que o convento tinha sido construído num terreno da sua família.

[2] http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-13085064

[3] http://www.huffingtonpost.com/2014/09/13/italian-nuns-murdered-in-burundi-funeral_n_5813844.html

Mas as autoridades da sua religião questionaram a versão dos acontecimentos apresentada pela polícia. Em 19 de janeiro de 2015, um conhecido apresentador de rádio, Bob Rugurika (*Radio Publique Africaine*), foi acusado pelos procuradores de omitir a identidade de um convidado. Durante uma entrevista no início de janeiro, o convidado disse que estava envolvido na morte das três irmãs. O convidado também identificou algumas outras pessoas alegadamente suspeitas de envolvimento nas mortes, incluindo antigos e atuais policiais e agentes dos serviços secretos, embora não apresentando qualquer prova disso. Butoyi foi liberado, sob fiança, um mês mais tarde.

Em 2015, o Burundi mergulhou na sua pior crise desde o final da guerra civil de 2005, quando o presidente Pierre Nkurunziza se candidatou à reeleição procurando um terceiro mandato no final de junho. A favor da oposição disseram que esta candidatura era inconstitucional. Após uma tentativa de golpe de Estado, em meados de maio de 2015, o Governo bloqueou as redes sociais e todas as principais rádios privadas foram proibidas de emitir, incluindo a *Rádio Maria*, propriedade da Igreja Católica. O Governo acusou as estações de rádio de terem incentivado a insurreição. Em meados de junho, as autoridades divulgaram que as estações de rádio podiam funcionar livremente, embora na prática a polícia impedisse os funcionários de terem acesso às suas estações de rádio.

Desde o início desta última crise, logo em março de 2015, a Igreja Católica não apoiou a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandado, considerando que tinha violado a Constituição. A Igreja pediu um diálogo político inclusivo, dizendo que "nenhum líder que ame a Deus poderá estar contra o diálogo", numa provável alusão ao fato do presidente Nkurunziza ser pastor de uma Igreja de cristãos renascidos. Numa homilia em 29 de março de 2015, na igreja paroquial de Kiryama, o Arcebispo de Gitega, Simon Ntamwana, desaconselhou a candidatura do presidente a um novo mandato.[4] Ao mesmo tempo, a Conferência Episcopal Católica do Burundi apelou a todos os líderes políticos que "se questionassem para onde estavam conduzindo o país, uma vez que este se encontrava numa encruzilhada". Em resposta a estas afirmações, o presidente do partido no Governo, CNDD-FDD (*Conseil National pour la Défense de la Democratie-Forces pour la Défense de la Democratie*), afirmou na sua página de Facebook que o comportamento da Igreja Católica estava "desiludindo o povo do Burundi" e que os bispos estavam desempenhando um "papel puramente político e já não espiritual". Num evento relacionado, em meados de março, o ministro da Administração Interna, Pascal Barandagiye, acusou "os líderes de certas Igrejas" de proferirem "declarações deploráveis que criaram divisões na população e apoiaram os agitadores e terroristas".[5]

Em 27 de maio de 2015, uma semana antes das eleições legislativas, a Conferência Episcopal anunciou que a Igreja Católica ia retirar todo o clero que estava trabalhando com a comissão eleitoral. O Monsenhor Gervais Banshimiyubusa, presidente da Conferência Episcopal, justificou esta decisão dizendo: "Uma vez que a Igreja tem uma missão de reconciliação, não podemos participar num processo em que há ausência de consenso". Pouco depois, a paróquia católica de Muramba, na província de Muyinga, foi forçada a fechar as suas portas após vários militantes do CNDD-FDD, partido no poder, terem ofendido os sacerdotes, chamando-lhes "cães".[6]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Desde o início da mais recente crise política no Burundi, o país tem progredido no sentido da agitação civil e da violência política. A oposição da Igreja Católica à candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato e o seu apoio ao diálogo político foram encaradas com hostilidade por parte do partido no poder e dos responsáveis governamentais. Neste contexto, durante o período abrangido por este relatório, a liberdade religiosa deteriorou-se e é provável que esta tendência continue no futuro.

[4] http://www.jeuneafrique.com/227967/politique/burundi-l-glise-catholique-s-oppose-la-candidature-de-pierre-nkurunziza-la-pr-sidentielle/

[5] http://www.afriqueactualite.com/politique/afrique/5089-l-eglise-catholique-burundaise-interpelle-bujumbura#.Vwly95yW74A

[6] http://www.la-croix.com/Actualite/Monde/Afrique/Au-Burundi-l-Eglise-catholique-desavoue-le-processus-electoral-2015-05-28-1317176